

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.609 - PR (2019/0311641-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : EMILIO ALVES DOS SANTOS  
**RECORRENTE** : JOAO MENDES DE MIRANDA  
**RECORRENTE** : JOAO OSNI CROVADOR  
**RECORRENTE** : JULIO CEZAR MENDES DE MIRANDA  
**RECORRENTE** : LAERCIO ROSA  
**RECORRENTE** : MARIA DE ALMEIDA  
**RECORRENTE** : MILTON ANTONIO MENDONCA  
**RECORRENTE** : SONIA MARIA CAMARGO  
**RECORRENTE** : ARLETE MENDES DE MIRANDA  
**RECORRENTE** : ANA BUENO  
**RECORRENTE** : CLAUDINO SEBOT  
**RECORRENTE** : CENIRA JAGHER PEREIRA  
**RECORRENTE** : DANIEL RIBAS  
**RECORRENTE** : EUNICE LECHINSKI DA LUZ  
**RECORRENTE** : IVONE PEREIRA  
**RECORRENTE** : JOSE CARLOS GARDIN  
**RECORRENTE** : LUIZ CARLOS MARTINS  
**RECORRENTE** : MARIA LAUDELINA ANTUNES  
**RECORRENTE** : NILVA MARIA RUSCH WITCEL  
**RECORRENTE** : ROSE OLIVEIRA DA LUZ  
**RECORRENTE** : SILVANA DE CARVALHO MARQUES  
**RECORRENTE** : THOMAZ JECZMIONKA  
**RECORRENTE** : TEREZA DA APARECIDA KRUGER  
**RECORRENTE** : VALDINEIA APARECIDA BERTON  
**RECORRENTE** : CAMILA MARTINS FACHIN  
**ADVOGADOS** : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - PR008123  
CARMEN GLORIA ARRIAGADA BERRIOS - PR020668  
SANDRO RAFAEL BONATTO - PR022788  
**RECORRIDO** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572  
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655  
PAULO ANTONIO MULLER - PR067090  
LAURA BACELO NOTTAR - RS097547

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por EMILIO ALVES DOS SANTOS e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR*

*RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. SEGURO FINANCEIRO HABITACIONAL (SFH) - RAMO 66. APÓLICE PÚBLICA. INTERPOSIÇÃO EM FACE DA DECISÃO QUE DETERMINOU A MANUTENÇÃO DO SOBRESTAMENTO DO RECURSO. CONTROVÉRSIA Nº 02 INSTAURADA PERANTE O STJ SOBRE A NECESSIDADE DE INTERVENÇÃO DA CEF COM BASE NA LEI Nº 13.000/2014. QUESTÃO IDÊNTICA ÀQUELA A SER DECIDIDA NO ALUDIDO REPRESENTATIVO. DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO QUE NÃO INTERFERE NA SUSPENSÃO DETERMINADA. SOBRESTAMENTO DOS RECURSOS RELACIONADOS À MATÉRIA SUB JUDICE. DETERMINAÇÃO DA CORTE SUPERIOR (REsp Nº 1.689.339). DECISÃO MANTIDA. APLICAÇÃO DE MULTA DE 5% (CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.021, §§ 4º e 5º, DO CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ, fl. 957/958)*

Em suas razões recursais, apontam ofensa ao artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil, por entenderem que, fundado o agravo interno interposto perante a Corte de origem na distinção da matéria tratada nos presentes autos daquela do 'leading case' que embasou a determinação de sobrestamento, é incabível a aplicação de multa.

Contrarrazões ao recurso especial nas fls. 986/989 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

Quanto à multa imposta pela interposição do agravo interno, a Corte de origem decidiu:

*"Impende-se, ainda, enfrentar a questão da multa no caso de desprovido do agravo interno, nos termos do §4º do art. 1.021, do CPC, verbis:*

*§ 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.*

*In casu, verifica-se que o recurso foi desprovido por unanimidade, impondo-se, por conseguinte, a aplicação da multa.*

*Assim, impõe-se aos agravantes Camila Martins Fachin e Outros o pagamento de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa, arbitrado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)', a qual poderá ser paga ao final do processo, ante a benesse da justiça gratuita, conforme o previsto no art. 1.021, §§4º e 5º, do CPC."*

(e-STJ fl. 968/969)

Ocorre que a Corte Especial do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.198.108/RJ, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento de que é direito da parte a interposição do recurso de agravo visando ao exaurimento da instância ordinária para viabilizar o acesso aos Tribunais Superiores. O referido acórdão restou assim ementado:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 2º, DO CPC. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NECESSIDADE DE JULGAMENTO COLEGIADO PARA ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. VIABILIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO OU MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA INADEQUADA. SANÇÃO PROCESSUAL AFASTADA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

*1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada à possibilidade da imposição da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC em razão da interposição de agravo interno contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, nos casos em que é necessário o esgotamento da instância para o fim de acesso aos Tribunais Superiores.*

*2. É amplamente majoritário o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.*

*3. Nesse sentido, os seguintes precedentes: EREsp 1.078.701/SP, Corte Especial, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 23.4.2009; REsp 1.267.924/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 2.12.2011; AgRg no REsp 940.212/MS, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 10.5.2011; REsp 1.188.858/PA, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 21.5.2010; REsp 784.370/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 8.2.2010; REsp 1.098.554/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 2.3.2009; EDcl no Ag 1.052.926/SC, 4ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 6.10.2008; REsp 838.986/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 19.6.2008.*

4. No caso concreto, não há falar em recurso de agravo manifestamente infundado ou inadmissível, em razão da interposição visar o esgotamento da instância para acesso aos Tribunais Superiores, uma vez que a demanda somente foi julgada por meio de precedentes do próprio Tribunal de origem. Assim, é manifesto que a multa imposta com fundamento no art. 557, § 2º, do CPC deve ser afastada.

5. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1198108/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/10/2012, DJe 21/11/2012)

Neste mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DO PROCESSO. MANIFESTA ILEGALIDADE. HIPÓTESE EXCEPCIONAL DE CABIMENTO DO MANDAMUS. VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. A iterativa jurisprudência desta eg. Corte firmou-se pela impossibilidade de utilização de mandado de segurança contra ato judicial, exceto em hipóteses excepcionais.*

*2. Na espécie, o ato judicial apontado como coator é decisão interlocutória que determinou a suspensão do curso do processo e impediu a impetrante de se insurgir contra o deferimento liminar de busca e apreensão dos veículos, incorrendo em manifesta ilegalidade.*

*3. Consoante entendimento desta Corte Superior, o exaurimento de instância constitui pressuposto para a interposição do recurso ordinário em mandado de segurança, de modo que o manejo de agravo interno contra decisão singular do relator não pode ser penalizado com a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no RMS 57.015/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 21/09/2018)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 557, §2º, DO CPC/1973. ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. MULTA INDEVIDA. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1. No presente caso, o agravo interno manejado junto ao Tribunal de origem foi capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão então agravada, revelando-se apto, portanto, se não a alterar o conteúdo do julgado impugnado, ao menos a provocar o seu aperfeiçoamento, revelando-se indevida, portanto, a multa processual aplicada com fundamento no art. 1.021, §4º, do CPC.*

*2. Ademais, amplamente majoritário o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil. (Recurso Repetitivo 1.198.108/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbel Marques, Corte Especial, DJe 21/11/2012).*

*3. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para dar provimento ao recurso especial.*

*(EDcl no AgInt no AREsp 1151486/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 20/03/2018)*

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a multa aplicada com fundamento no art. 1.021, § 4º, do CPC/15.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator